

RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.746 - MG (2013/0366974-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
RECORRIDO : **A C DA C**
AGRAVANTE : **A C DA C**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por A. C. DA C. contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

Consta dos autos que o agravante foi condenado à pena privativa de liberdade de 27 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do ilícito tipificado no art. 217-A do Código Penal, por 3 vezes, na forma do art. 69 do Código Penal.

Contra essa sentença a defesa interpôs apelação, que foi parcialmente provida pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 416):

APELAÇÃO CRIMINAL ESTUPRO DE VULNERÁVEL - PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL EM RAZÃO DA FALTA DE REPRESENTAÇÃO LEGAL DAS VÍTIMAS - REJEIÇÃO - ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - PALAVRA DAS VÍTIMAS EM SINTONIA COM AS DEMAIS PROVAS COLHIDAS - DELITOS CARACTERIZADOS - CONDENAÇÃO NA FORMA DOS ARTIGOS 214 E 213 (POR DUAS VEZES) DO C.P.B. EM RAZÃO DOS FATOS TEREM OCORRIDO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI 12.015/09 - PENA REDUZIDA - CONTINUIDADE DELITIVA ENTRE OS CRIMES - RECONHECIMENTO. Ocorrendo a omissão do responsável ou a colidência de interesses entre este e as vítimas, correta a nomeação de curador especial para representar em favor das adolescentes contra o apelante, consoante disposto no artigo 33 do Código de Processo Penal. Comprovada a ocorrência do crime de atentado violento ao pudor e estupro, não há falar-se em absolvição, porquanto as palavras das vítimas em crimes praticados na clandestinidade adquirem especial relevância. Praticados os delitos de estupro e atentado violento ao pudor ainda sob a vigência dos revogados artigos 214 e 213 do Código Penal, antes das alterações trazidas pela Lei 12.015/2009, é de se modificar a condenação do apelante nos termos

dos artigos anteriores para não incorrer em "reformatio in pejus". Resta perfeitamente caracterizada a continuidade delitiva entre os crimes perpetrados pelo apelante, embora contra vítimas diferentes, porque praticou delitos da mesma espécie e com identidade de propósitos, nas mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução. Provimento parcial ao recurso que se impõe.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 440/445 e 452/457).

Irresignada, a defesa interpôs recurso especial, apontando violação do art. 71, parágrafo único, do Código Penal, pois tal dispositivo exigiria a coexistência de *"dois fatores, ou seja, a pluralidade de vítimas e que os crimes tenham sido cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa"*, mas, no caso em concreto, *"o próprio acórdão, demonstra que não houve violência real ou grave ameaça, ha vista que assim esta escrito no mesmo"* (e-STJ fl. 466).

Inadmitido o apelo extremo, os autos foram encaminhados a esta Corte em virtude deste agravo.

Contraminuta às e-STJ fls. 544/547.

É o relatório.

Decido.

A Corte estadual negou seguimento ao recurso especial por ser intempestivo, pois *"o acórdão recorrido foi publicado em 02/04/2012 e o recurso especial somente foi protocolizado na Secretaria do Tribunal em 18/04/2012, excedendo, assim, o prazo legal atribuído à espécie"* (e-STJ fl. 532).

Nas razões do agravo, a defesa alega que, *"após a publicação do acórdão de fls. 372/375, em 02/04/2012 (fl. 376), o Ministério Público opôs Embargos de Declaração (fls. 378/380), os quais interromperam o prazo para a interposição de recurso especial pela Defesa"* (e-STJ fl. 540), e que, ao ter sido intimada para apresentar contrarrazões ao recurso especial ministerial, teria ratificado as razões de seu apelo raro.

O recurso não prospera.

Conforme certidão de e-STJ fl. 446, o acórdão que rejeitou os embargos de declaração opostos pela defesa foi publicado em 2/4/2012 (segunda-feira), de modo que o prazo recursal de 15 dias teve início em 3/4/2012 e término em 17/4/2012 (terça-feira). Assim, o recurso especial, interposto em 18/4/2012 (quarta-feira), conforme protocolo do Tribunal *a quo* de e-STJ fl. 463, é intempestivo.

A propósito:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APELO NOBRE INTERPOSTO APÓS O PRAZO ESTABELECIDO NO ART. 26 DA LEI 8.038/90 (VIGENTE À ÉPOCA). INTEMPESTIVIDADE. AGRAVO INTERNO INTERPOSTO NA ORIGEM CONTRA DECISÃO COLEGIADA. RECURSO INCABÍVEL. NÃO INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É intempestivo o recurso especial interposto pela parte fora do prazo legal de 15 (quinze) dias, ex vi, do artigo 26 da Lei nº 8.038/90, vigente à época da interposição do apelo.

2. As manifestações recursais totalmente incabíveis, assim como na hipótese - aviamento de agravo regimental contra acórdão -, não interrompem o prazo recursal para a interposição do recurso adequado.

3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 869.130/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 17/06/2016).

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE.

É intempestivo recurso especial interposto fora do prazo de 15 dias legalmente previsto.

A ausência nos autos de qualquer documento que comprove a ocorrência de suspensão dos prazos processuais em decorrência de feriado local ou de portaria do Presidente do Tribunal recorrido nos termos inicial e final do prazo recursal reforça a conclusão no sentido da intempestividade do recurso.

Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 675.733/RO, relator Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 18/08/2015).

Há de se destacar, ainda, que a oposição dos embargos de declaração

Superior Tribunal de Justiça

pelo Ministério Público não teve o condão de interromper o prazo de interposição do apelo nobre pelo ora agravante, notadamente porque os embargos do *Parquet* foram protocolados no dia 24/4/2012, quando já transcorrido o prazo da defesa para a interposição do recurso especial.

Ante o exposto, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator